

A TEORIA DA RENDA DA TERRA EM ADAM SMITH*

Maria Heloisa Lenz**

Introdução

A renda da terra é talvez uma das categorias econômicas que mais provocou polêmicas ao longo da história do pensamento econômico. Foi uma das bases da teoria ricardiana, que, com a sua teoria dos rendimentos decrescentes, mostrou as conexões da renda da terra com a taxa de lucro e com a acumulação de capital e o conseqüente antagonismo entre os proprietários de terra e os capitalistas. Malthus, em sua resposta a Ricardo, propôs: (a) que a renda da terra fosse vista como um excedente legítimo que caberia aos proprietários de terra, sendo o seu crescimento a própria expressão da riqueza de um país; e (b) que, através de seu gasto, se garantiria a demanda efetiva necessária para evitar as crises do sistema capitalista. Marx aproveitou a teoria ricardiana da renda diferencial para sugerir a existência de um outro tipo de renda fundiária, a renda absoluta, advinda da composição orgânica do capital e do monopólio da propriedade privada da terra. Desse modo, Marx criticou a forma que a propriedade fundiária teria assumido na moderna sociedade industrial e também mostrou a ambigüidade dos capitalistas frente a uma provável luta pela supressão da propriedade privada da terra. Cabe lembrar também o grande impacto da obra de Henry George, seu eloqüente apelo para as reformas e seu programa tributário extremamente revolucionário para a época.

Pesquisando-se a origem do interesse do estudo da teoria da renda da terra, identifica-se que o mesmo tem início nos escritos mercantilistas do século XVII, não como categoria principal, mas sempre procurando ver as suas relações com o valor da terra e com a taxa de juros e encarando a renda da terra como um dos principais fluxos monetários da época.

*Este artigo integra o primeiro capítulo da pesquisa intitulada **A Renda da Terra e o Valor da Propriedade no Brasil: uma Análise Teórica e Quantitativa**, em andamento na Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser.

**Economista da FEE e Professora Assistente da UFRGS.

A autora agradece as valiosas sugestões e os comentários do Professor Roberto Camps de Moraes e da Economista Silvia Horst Campos.

Depois desse período de relativa falta de conexão com os assuntos considerados relevantes pelos escritores da época mercantilista, a categoria econômica renda da terra adquiriu já certa relevância nos escritos dos autores classificados como pré-clássicos: Petty, North e Locke. Esses escritores, ditos de transição por não trabalharem com a teoria do valor trabalho, dão um tratamento diferenciado da mesma em suas obras, cabendo destacar a contribuição de Petty, que antecipou o conceito "ricardiano" de renda diferencial em aproximadamente 100 anos.

Mas foi evidentemente com o surgimento da escola clássica no século XVIII, mais precisamente a partir da obra de Adam Smith, que a renda da terra foi elevada para uma posição de mais alto interesse e destaque, não somente como objeto de estudo e especulação, mas, também, como uma questão vital de política econômica.

Depois de atingir o seu ápice na economia clássica, tendo sido objeto de acirradas discussões e debates em Ricardo, Malthus e Marx, o estudo da renda da terra foi relegado a um plano secundário. Isso se deu com o aparecimento do marginalismo, em torno de 1870, e com a introdução de uma nova metodologia de análise baseada em uma teoria do valor e distribuição de caráter subjetivo, na qual as classes sociais desapareciam como atores na determinação do excedente econômico, e entravam em cena os fatores de produção. A nova teoria da distribuição era baseada nas contribuições marginais associadas a esses fatores. A terra passava a ser vista como um fator de produção não diferente dos demais, que tinha certas características específicas, como a de ter uma oferta fixa, limitada. E, uma vez que tais peculiaridades eram resolvidas via preço dentro do aparato neoclássico e tinham soluções compatíveis dentro do novo sistema de referência, não havia necessidade de um estudo específico do fator terra e de sua remuneração.

O ocaso que sofreu a categoria renda como objeto de estudo a partir desse período não foi um caso isolado, tendo acontecido com inúmeros outros temas, e, como já foi colocado, deveu-se principalmente à substituição da escola clássica do valor pela escola neoclássica.

Entretanto a especificidade da terra continuou sendo objeto de estudo de diversas escolas do pensamento contemporâneo, constituindo-se, recentemente, em um ponto importante da teoria *raffiana*, indicando a necessidade de sua incorporação às novas correntes da teoria econômica.

Dentre as contribuições dadas pelos escritores das diversas escolas de pensamento econômico com referência à categoria econômica renda da terra, o presente estudo tem como objetivo analisar as principais idéias de Adam Smith sobre o assunto.

A primeira pergunta que surge remete ao porquê da escolha desse autor, uma vez que existem outros que tiveram contribuições tão relevantes que praticamente se constituíram em sinônimos do conceito de renda da terra, como é o caso do princípio dos rendimentos decrescentes de David Ricardo.

A escolha do estudo realizado por Adam Smith prende-se a diversos fatores, que serão expostos a seguir. Em primeiro lugar, trata-se de dar continuidade à linha de pesquisa por nós iniciada com o estudo sobre a categoria renda da terra nas obras de Ricardo e Marx (LENZ, 1981). Essa linha de pesquisa teve continuidade com outro trabalho, onde foi analisado o debate sobre essa categoria entre Ricardo e Malthus

(LENZ, 1985). Nesse debate, foram expostas as posições extremamente divergentes em relação ao papel desempenhado pelos gastos realizados pelos proprietários de terra no contexto do que, modernamente, se conhece por problemas de insuficiência de demanda.

Em segundo lugar, por entender-se que, na medida em que a categoria econômica renda da terra ganha destaque e atinge o seu apogeu no chamado período clássico, a análise dos trabalhos de Ricardo, Marx e Malthus não ficaria completa sem o estudo da contribuição do criador da escola clássica. Adam Smith foi o primeiro autor a enunciar os principais conceitos dessa escola, definindo as características específicas de cada uma das categorias econômicas e denominando de renda da terra a remuneração que pertence ao proprietário pela utilização da terra no processo produtivo. Smith também aparece como o aglutinador de uma série de idéias e conceitos que já tinham surgido em seus predecessores, os mercantilistas e os pré-clássicos, e como o que trouxe muitos desses conceitos para a sua concepção da ciência econômica, como uma ciência compreensiva, estabelecendo as conexões internas em relação às suas categorias dentro de uma teoria do valor trabalho.

A análise do seu pensamento também permite precisar o chamado "estado das artes" dos estudos em relação a essa categoria em sua época, na comparação com os trabalhos anteriores, possibilitando identificar quais os conceitos aproveitados por Adam Smith, os avanços e, principalmente, as rupturas metodológicas em relação aos seus predecessores. Finalizando, esta análise pode auxiliar em um novo enquadramento do estudo de seus sucessores, Ricardo e Marx, esclarecendo as suas reais contribuições.

1 - A "Riqueza das Nações": contextualização da principal obra de Adam Smith

Embora os escritores pré-clássicos, os mercantilistas e, principalmente, os fisiocratas tenham produzido grandes contribuições em relação à renda da terra, a verdade é que essa categoria econômica nunca foi objeto principal de suas preocupações. Ela sempre foi examinada subsidiariamente, na medida em que outras questões consideradas mais relevantes tangenciavam a questão da terra.

Com o surgimento dos escritores clássicos — os chamados escritores políticos ingleses — e, principalmente, com a publicação do **Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações** em 1776, a renda da terra foi colocada como uma das categorias mais imponentes da análise econômica, levando o seu estudo ao mais alto desenvolvimento. A forma mais acabada do conceito de renda da terra foi elaborada por Ricardo, embora se possa afirmar com certeza que muito da sua base analítica foi estabelecida por Adam Smith, constatação que corrobora o interesse no estudo de sua obra.

Ao analisarmos a contribuição de Adam Smith, iremos restringir-nos exclusivamente ao exame da obra **Riqueza das Nações**. Isto porque nas suas obras anteriores — **Conferências de Glasgow**, de 1796, e **A Teoria dos Sentimentos Morais**, de 1759 — o autor ainda se encontrava em sua fase de filósofo político, na qual via a economia como um ramo

da filosofia, percepção esta que não o conduzia a um exame das categorias econômicas, como a renda da terra.

Antes de iniciarmos o estudo da renda da terra, faz-se necessário determo-nos um pouco sobre o significado e o plano da obra **Riqueza das Nações**.

O impacto causado pela sua publicação foi de tal ordem que se tornou um sucesso imediato, tendo sido publicada, nos anos seguintes, nos EUA, na Irlanda e na Suíça, alcançando, por volta de 1800, nove edições na própria Inglaterra (DEANE, 1981, p.25). Esse sucesso, entretanto, não se deveu apenas a contribuições originais, na medida em que, na sua maioria, seu conteúdo poderia ser encontrado em algum texto publicado de qualquer escritor predecessor. Talvez a principal razão de seu sucesso tenha sido a reunião e a sistematização, dentro de uma única obra, de alguns dos principais conceitos da economia clássica. Com efeito, Adam Smith realmente proporcionou à incipiente ciência da Economia Política o seu sistema de teorias, conceitos e técnicas analíticas e a construção do primeiro paradigma teórico dentro da nascente ciência econômica. Forneceu aos interessados em questões econômicas uma metodologia, um esquema conceitual, um livro de referências temáticas e, inclusive, uma perspectiva ideológica.

No entanto não podemos esquecer que Adam Smith não era um economista acadêmico especializado. Isso explica, por exemplo, as longas e, às vezes, até certo ponto, cansativas passagens históricas, que constituem partes importantes da **Riqueza das Nações**. Adam Smith era, antes de tudo, um filósofo, para quem a economia política era apenas um ramo da filosofia moral, e, ao perceber que os problemas econômicos adquiriam preponderância dentro do manancial de questões relevantes, propôs a adoção do método newtoniano, por ele muito admirado, para essa nova ciência emergente. Desse modo, na **Riqueza das Nações**, Smith postulou um sistema lógico de relações econômicas baseadas numa lei fundamental da natureza humana, fornecendo os alicerces da economia política teórica.

Outra razão do sucesso da **Riqueza das Nações** foi o fato de que a teoria advogada por Smith continha uma orientação política particularmente atraente para uma economia que se industrializava e se expandia. Formulava o problema econômico em termos apropriados a uma sociedade capitalista nascente, tanto em termos de população como de riqueza. Paralelamente, fornecia um sistema de classificação para as relações econômicas da sociedade, fundamentado em classes sociais e definido pela propriedade dos meios de produção: proprietários da terra, capitalistas e trabalhadores com suas formas características de remuneração, respectivamente, a renda da terra, os lucros e os salários. Essa classificação tinha relevância descritiva para as sociedades capitalistas emergentes da Europa Ocidental.

No que se refere especificamente à análise dos conceitos de Adam Smith sobre a renda da terra na **Riqueza das Nações**, é importante determo-nos um pouco no plano dessa obra, de modo a facilitar o entendimento das questões discutidas e, principalmente, esclarecer certas inconsistências que vão aparecer ao longo de seu estudo dessa categoria econômica.

Adam Smith dividiu a sua obra em cinco livros, interessando-nos o primeiro. Nos capítulos iniciais do Livro I, que será o objeto principal do estudo, trata da divisão do

trabalho (Caps. I, II e III) e da origem e utilização da moeda (Cap. IV). Nos capítulos seguintes, enfrenta a questão do valor: no Cap. V, trata do preço real e do preço nominal das mercadorias e da conversão do valor em preço; no Cap. VI, das partes constitutivas do preço das mercadorias; no Cap. VII, do preço natural e do preço de mercado; no Cap. VIII, do salário; no Cap. IX, do lucro dos capitais; no Cap. X, dos salários e lucros nos diversos empregos do trabalho e dos capitais; e, por fim, no Cap. XI, especificamente da renda da terra.

Ao longo desses capítulos, o seu conceito dessa categoria econômica sofre grandes modificações, gerando diversos pontos obscuros, na medida em que muitas das suas considerações efetuadas acerca da mesma na parte referente ao valor e à determinação dos preços se modificam substancialmente no capítulo dedicado ao exame da renda da terra propriamente dita.

Em razão disso, começaremos pelas definições expressas nos capítulos iniciais para depois passar ao capítulo que trata especificamente da renda da terra, seguindo a ordem de apresentação fornecida pelo próprio Adam Smith.

2 - A teoria da renda da terra no contexto da teoria do valor trabalho de Adam Smith

Como já foi dito anteriormente, Adam Smith foi certamente o escritor que mais extensivamente tratou o fenômeno da renda da terra. Segundo Keiper (1961, p.13), a importância de sua análise não repousa no fato de ter trazido uma contribuição original à questão, mas, sim, de ter realizado a síntese das várias concepções de seus antecessores e, principalmente, de ter relacionado o fenômeno da renda da terra com a análise da determinação do valor e do preço das mercadorias, da distribuição de renda e do processo de desenvolvimento econômico, constituindo-se no primeiro autor a colocar a renda da terra em uma posição de destaque.

O seu posicionamento inicial em relação ao tratamento a ser dedicado à natureza da renda da terra é o de que esta consiste em um excedente imerecido, não ganho com o trabalho, que é apropriado pelo proprietário da terra através do exercício do seu poder de monopólio. Fica claro desde logo que, para Adam Smith, a renda da terra representa um preço pago pela existência da propriedade privada da terra.

A sua colocação sobre essa questão aparece quando realiza uma retrospectiva histórica do desenvolvimento da instituição da propriedade privada da terra, afirmando: "Logo que toda a terra de um país se torna propriedade privada, os seus proprietários, que, como todos os homens, gostam de colher o que nunca semearam, exigem uma renda, mesmo pelas suas produções naturais" (SMITH, 1981 p.151).

Após essa definição, ele parte para a negação da tese sustentada pelos fisiocratas de que a renda da terra se constituiria em um retorno funcional dos proprietários de terra sobre o investimento do capital.

"Pode-se pensar que, em muitos casos, a renda da terra não é mais do que um juro ou um lucro razoável, correspondente ao capital empregado pelo proprietário nas respectivas benfeitorias. Não há dúvidas de que, em parte, é esse, por vezes, o caso; mas não poderá facilmente sê-lo mais do que em parte. O proprietário exige uma renda mesmo por terras sem quaisquer benfeitorias, e o suposto juro ou lucro sobre o capital nelas despendido constitui, em geral, um acréscimo àquela renda originária. Além disso, tais benfeitorias nem sempre são pagas pelo capital do proprietário, sendo-o, às vezes, pelo do rendeiro. Quando é renovado o arrendamento, porém, o proprietário exige normalmente o mesmo aumento de renda que exigiria caso todas elas lhe fossem devidas." (SMITH, 1981, p.306).

Dessa citação depreende-se claramente o seu conceito da renda da terra, caracterizando-a como um ganho imerecido do proprietário de terra, derivado de seu monopólio.

Seguindo o plano da obra **Riqueza das Nações**, há a apresentação da sua teoria do valor e da determinação dos preços de mercado, onde o caráter da renda da terra já passa a assumir uma outra dimensão.

Em relação à teoria do valor de Adam Smith, vale a pena lembrar a observação de Schumpeter: "Adam Smith não estava fundamentalmente interessado no problema do valor no sentido de uma explicação causal do fenômeno do valor. O que desejava era uma teoria de preços por meio da qual pudesse estabelecer certas proposições" (SCHUMPETER, 1964, p.227).

É interessante trazer também a posição de Deane sobre essa questão. Segundo ele, Adam Smith estava perseguindo:

"A mensuração do valor, contudo, de modo a possibilitar comparações entre países ou ao longo do tempo, levanta outra série de problemas. Isto porque os preços são normalmente expressos em termos monetários e a própria moeda é um padrão variável. No fim, Adam Smith chega à visão de que: 'O trabalho é a única medida de valor universal e também exata, ou o único padrão pelo qual podemos comparar os valores de diferentes mercadorias em todas as épocas e em todos os lugares'" (DEANE, 1981, p.48).

No Cap. V da **Riqueza das Nações** — **Do preço real e nominal dos bens, ou do seu preço em trabalho e do seu preço em dinheiro** —, aparece a sua famosa definição de "trabalho comandado" como a melhor medida do valor de troca:

"Portanto, o valor de qualquer mercadoria, para a pessoa que a possui e não tenciona usá-la ou consumi-la, mas, sim, trocá-la por outras mercadorias, é igual à quantidade de trabalho que ela lhe permite condições de comprar ou dominar. O trabalho constitui, pois, a verdadeira medida do valor de troca de todos os bens" (SMITH, 1981, p.119).

Logo após, ele afirma que, sendo o trabalho o preço real das mercadorias, o dinheiro é apenas o preço nominal delas.

Mas é no Cap. VI — **Das Partes que Compõem o Preço das Mercadorias** —, na definição das partes e de seus componentes, que começam a aparecer as suas primeiras contradições. Smith inicia fazendo a sua famosa separação entre o determinante do valor nas sociedades primitivas e o nas sociedades avançadas. Segundo ele, no estágio antigo e primitivo, como uma nação de caçadores, em que todo o trabalho pertence ao trabalhador, a quantidade de trabalho necessária para adquirir os diversos objetos parece ser o único elemento capaz de fornecer alguma norma ou padrão para trocar esses objetos uns pelos outros (SMITH, 1981, p.147).

No segundo estágio, conforme sua caracterização, tanto o patrimônio como o capital já se acumularam nas mãos de determinadas pessoas particulares. Nessa situação, o valor que o trabalhador acrescenta aos valores materiais desdobra-se em duas partes, o salário e o lucro, de modo que o produto total nem sempre pertencerá ao trabalhador:

"Na maioria dos casos, ele é obrigado a partilhá-lo com o proprietário do capital, que o emprega. E deixa também de ser a quantidade do trabalho habitualmente empregada na obtenção ou produção de um bem, o único fator que pode determinar a quantidade por que ele poderia, normalmente, trocar-se, que poderia, por seu intermédio, ser adquirida ou dominada. É evidente que será devida uma quantidade adicional pelos lucros do capital, que adiantou os salários e forneceu os materiais àquele trabalho" (SMITH, 1981, p.150-51).

Aqui se encontra pela primeira vez a chamada "teoria do lucro deduzido", onde tanto o lucro quanto a renda da terra aparecem como deduções do produto do trabalho. Dessas suas afirmações surge a sua primeira definição da renda da terra:

"Logo que toda a terra de um país se torna propriedade privada, os seus proprietários, que, como todos os homens, gostam de colher o que nunca semearam, exigem uma renda, mesmo pelas suas produções naturais. A madeira da floresta, a erva do prado, e todos os frutos naturais da terra que, quando ela era comum, custavam ao trabalhador somente o incômodo de os colher passam, mesmo para ele, a ter um preço adicional. Passa a ter de pagar a autorização de colhê-los; e terá de entregar ao proprietário uma parte daquilo que o seu trabalho colheu ou produziu. Esta parte ou, o que é o mesmo, o valor desta parte, é a renda da terra, que constitui uma terceira componente do preço da maior parte dos bens" (SMITH, 1981, p.151).

Segundo Sraffa, Smith apresenta-nos, assim, uma teoria dos preços que pode ser caracterizada como uma Teoria da Soma (meramente) de três componentes primárias do preço. Também tem sido considerada como uma simples Teoria do Custo de Produção conforme foi transmitida ao longo do século XIX e tornou-se conhecida nos manuais sobre esse assunto (Apud DOBB, 1977, p.65).

Ocorre, entretanto, que essa Teoria do Custo de Produção entra em contradição com a sua teoria do valor trabalho. Isso fica mais evidente quando, posteriormente, ele afirma:

"Em todas as sociedades, o preço de cada bem corresponde sempre a alguma dessas partes, ou a todas três; e em todas as sociedades avançadas, todas três entram, em maior ou menor grau, como partes componentes do preço da grande maioria dos bens.

"No preço dos cereais, por exemplo, uma parte refere-se à renda paga ao proprietário da terra, outra aos salários ou à manutenção dos trabalhadores e dos animais de trabalho empregados na sua produção, e a terceira constitui o lucro do rendeiro. Parece que, segundo todos os pontos de vista, estas três partes equivalem ao preço total dos cereais" (SMITH, 1981, p.152).

O que fica claro de sua exposição é que os salários, os lucros e mais a renda da terra fazem parte obrigatoriamente do preço dos produtos, no caso do seu exemplo, o trigo. Todas as suas colocações conduzem necessariamente a uma idéia de que a renda da terra é um preço determinado pelos custos do seus componentes: "Os salários, o lucro e a renda da terra são as três fontes originais de todas as receitas, como de todo o valor de troca. Todas as outras receitas derivam, em última análise, de alguma destas" (SMITH, 1981, p.155).

No final desse capítulo, o autor reafirma fortemente esse seu ponto de vista, fazendo pela primeira vez referência à participação da demanda no comando da determinação do preço. De acordo com Smith:

"Como, num país civilizado, há poucos bens cujo valor de troca seja originado somente pelo trabalho, uma vez que a renda [da terra] e o lucro para ele contribuem largamente na maioria dos casos, o produto anual do trabalho desse país será sempre suficiente para permitir comprar ou adquirir domínio sobre uma quantidade de trabalho muito superior à que foi empregada em criar, preparar e transportar essa produção até ao mercado" (SMITH, 1981, p.158).

O que fica claro da leitura desse capítulo é que, para Adam Smith, faz parte do movimento natural do desenvolvimento histórico de uma sociedade capitalista o fato de, num primeiro momento, a quantidade de trabalho responder integralmente pela geração de valor de uma determinada mercadoria. Mas também que, com o seu desenvolvimento natural, o qual é acompanhado do aparecimento da propriedade privada e do capital, o preço das mercadorias passa a ser a soma da parte desses outros componentes.

Deve-se salientar que, no Cap. VI, Adam Smith ainda está preocupado exclusivamente com a determinação do valor e de seus componentes salário, lucro e renda da terra, sendo que ele só enfrentará a questão dos preços no Cap. VII, intitulado **Do preço natural e do preço de mercado dos bens**. Nele, o autor está basicamente interessado em definir os conceitos de preço natural e preço de mercado, além de reafirmar a defesa do liberalismo econômico. Muitas vezes, no decorrer do capítulo, ele repete a sua idéia de que só a liberdade comercial e a extinção dos privilégios das corporações de ofício farão o preço de mercado convergir para o seu patamar de preço natural. Segundo ele, os preços naturais

serão determinados pelas taxas naturais dos salários, do lucro e da renda da terra, ou seja, quando a terra se torna um elemento constitutivo da produção, a sua renda passa a compor o preço natural do mesmo modo que o salário e o lucro. O preço de mercado é definido como o preço pelo qual a mercadoria é efetivamente vendida no mercado. Ele pode estar acima ou abaixo do preço natural, ou, ainda, coincidir com ele. Smith também formula o conceito de demanda efetiva como a demanda daquelas pessoas que estão dispostas a pagar o preço natural da mercadoria, ou seja, o valor total da renda fundiária, do trabalho e do lucro que devem ser pagos para levá-la ao mercado.

Para Smith, por exemplo:

"Quando a quantidade de qualquer bem que é posta no mercado é inferior à procura efetiva, não é possível fornecer a todos que estão dispostos a pagar o valor total da renda, dos salários e do lucro que foi necessário despende para fim de trazer o bem até ao mercado, as quantidades que cada um deseja" (SMITH, 1981, p.161).

Em consequência, ao invés de desejar esses bens ao preço que estão, alguns deles estarão dispostos a pagar mais. Começará imediatamente uma concorrência entre os pretendentes, e, por conseguinte, o preço de mercado subirá mais ou menos, em relação ao preço natural, na proporção em que o grau de escassez da mercadoria ou a riqueza, a audácia e o luxo dos concorrentes ascendam mais ou menos a avidez em concorrer.

Adam Smith finaliza o Cap. VII, afirmando que o preço de mercado sempre tende a ajustar-se ao preço natural, se existirem, naturalmente, a liberdade econômica e a ausência de privilégios das corporações e de monopólios. Ele sempre inclui a renda da terra como componente desse preço, conforme pode ser entendido através de uma afirmação sua no final do capítulo:

"O próprio preço natural varia com a taxa natural de cada uma das suas partes componentes: salários, lucro e renda [da terra]; e, em cada sociedade, esta taxa varia de acordo com as suas circunstâncias particulares, com a sua riqueza ou pobreza, com o seu estado de desenvolvimento, estacionaridade ou declínio" (SMITH, 1981, p.163).

3 - Análise do Cap. XI: "Da renda da terra"

Todas as afirmações feitas por Adam Smith nesses capítulos iniciais são totalmente modificadas no Cap. XI, intitulado **Da renda da terra**, onde o autor passa a efetuar o exame específico desse componente do preço dos bens.

Em relação ao tratamento dispensado por Adam Smith, deve ser inicialmente colocado que se trata de uma exposição longa, quase literária, utilizando inúmeros exemplos históricos para mostrar como a formação da renda é diferente de produto para produto e como ela se modifica ao longo do tempo com o progresso e o aumento

da riqueza de cada país.¹ Adam Smith começa sua análise afirmando que: "A renda, considerada como o preço pago pela utilização da terra, atingirá naturalmente o valor mais alto que o arrendatário possa pagar, tendo em conta as características específicas da terra em questão" (SMITH, 1981, p.305).

A sua principal afirmação no início desse capítulo é, portanto, de que a renda da terra é um preço de monopólio, não representando, de modo algum, uma forma de juro ou lucro correspondente ao capital empregado pelo proprietário nas respectivas benfeitorias.

Sendo assim, ela se vincula claramente com a propriedade da terra e com a conceituação da existência de uma renda absoluta, idéia negada por Ricardo, que só admitia o conceito de renda diferencial, e que só reapareceria mais tarde nas obras de Marx.

Adam Smith afirma isso de uma forma categórica, dizendo que a renda da terra

"Não é por qualquer forma proporcional àquilo que o proprietário possa ter despendido na respectiva beneficiação, ou ao valor que se lhe torna possível exigir; é-o, sim, àquilo que o rendeiro tem possibilidade de pagar" (SMITH, 1981, p.307).

Nessa parte, ele introduz um novo conceito, o de preço suficiente, ou de custo, afirmando que só será possível levar ao mercado os produtos da terra que atingirem um preço suficiente para remunerar o capital e pagar os lucros normais. Segundo ele, se, devido à respectiva demanda, o preço médio ou normal for superior a esse montante, o excedente que se originar irá fazer parte da renda da terra. Mas se, ao contrário, ele não for superior, embora seja o bastante para que a mercadoria possa ser levada ao mercado, não haverá excedente para suprir qualquer parte da renda ao proprietário. O fato de o nível do preço médio atingir ou não o valor acima desse montante depende da respectiva demanda. Conclui afirmando que existem algumas parcelas da produção da terra cuja demanda sempre será de tal forma a manter o respectivo preço a um nível superior ao que seria suficiente para justificar levá-las ao mercado e que existem outras em relação às quais, algumas vezes, o permitirá e outras não, sendo que só as primeiras são as que sempre gerarão uma renda ao proprietário da terra.

O que se constata é que Adam Smith, ao introduzir esse conceito de preço suficiente, o qual se constitui em um preço de custo, está diferenciando-o do seu conceito anterior de preço natural, pois define-o com referência à remuneração do lucro e do salário, porém não da renda da terra.

Essa constatação, à primeira vista, teria como consequência entrar em contradição com o que foi exposto por ele nos Caps. V, VI e VII, ou seja, a teoria do preço natural e dos seus componentes: salários, lucros e renda da terra. Entretanto Adam Smith parece não acreditar nessa contradição, afirmando que, ao examinar a natureza da categoria da renda da terra mais acuradamente, se deparou com um comportamento inusitado, diverso, que deveria ser explicado diferentemente. Isso fica claro na sua principal explicação sobre a questão:

¹ Não é desnecessário lembrar que se trata do mesmo esquema de análise e de exposição utilizado ao longo de toda a Riqueza das Nações.

Deve-se, portanto, observar que a renda entra na composição do preço dos bens de uma forma diferente daquela por que nele entram os salários e os lucros. Elevados salários e lucros são causas de elevado preço; baixos salários e lucros são causas de baixo preço; uma renda elevada ou baixa é sua consequência. É pelo fato de terem de pagar-se altos ou baixos salários e lucros, a fim de levar um determinado bem até o mercado, que o respectivo preço é alto ou baixo. Mas é devido ao fato de esse preço ser alto ou baixo — bastante superior, só um pouco superior, ou apenas o suficiente para pagar tais salários e lucros — que se torna possível suprir uma elevada renda, ou uma renda baixa, ou nenhuma renda" (SMITH, 1981, p.308).²

O que se pode concluir dessa passagem é que o seu conceito de renda da terra se constitui em um excedente, uma parte do valor acima do preço suficiente.

Em resumo, conforme comentado anteriormente no Cap. VI, Adam Smith afirmava que as taxas naturais do salário, lucro e renda da terra entravam por igual na composição do preço natural. Entretanto, no Cap. XI, ele descobriu uma forma inédita de inserção para a renda da terra: o fato de ela não entrar na determinação do preço. Assim, enquanto os lucros e os salários são elementos determinantes do preço e do valor das mercadorias, sendo, portanto, causa do preço, a renda é um efeito, apenas uma consequência de um alto preço.

É com base nessas colocações iniciais que Adam Smith expõe o seu plano de análise para o estudo específico da renda da terra. O Cap. XI divide-se em três seções: primeiro, o exame daquelas parcelas da produção da terra que proporcionam sempre alguma renda — o que significa que, para esses produtos, existe sempre uma demanda que faz com que seu preço seja mais que suficiente para levá-los ao mercado —; segundo, a análise daqueles produtos da terra que às vezes podem proporcionar renda e às vezes não; terceiro, o estudo das alterações que, em diferentes períodos de progresso, se dão, naturalmente, entre os valores relativos desses dois diferentes tipos de produtos naturais, quando comparados tanto entre si como com os bens manufaturados.

Por uma questão de fidedignidade e também pelo caráter didático deste texto, optamos, em nossa análise, por seguir a ordem de exposição proposta por Smith na sua obra *Riqueza das Nações*.

² Acredita-se importante trazer as observações de Schumpeter (1964, p.235): "Esta afirmativa se coaduna, embora mal, com a teoria do monopólio e faz vislumbrar a direção ricardiana: a chamada teoria ricardiana da renda poderá ter surgido de um esforço de dar ordem lógica à confusão smithiana".

3.1 - Sobre o domínio da produção do trigo na geração da renda da terra ("I - Dos produtos da terra que sempre proporcionam renda")

Adam Smith tem nessa seção dois objetivos bem definidos: (a) explicar que os produtos agrícolas têm um caráter específico em relação a sua demanda; e, (b) mostrar que a renda gerada na produção do trigo, em função de o mesmo constituir-se no alimento básico da população, serve de padrão de medida para as rendas obtidas nas demais produções.

Essas proposições são extremamente importantes no decorrer da obra de Adam Smith, pois, ao longo de todo esse capítulo, ele vai examinar a ocorrência da formação da renda da terra, sempre partindo da geração original da renda no trigo. Esses pressupostos tornaram-se tão relevantes que foram incorporados sem nenhuma alteração substancial pelos principais autores que tiveram como objeto de estudo essa categoria, tais como Ricardo e Marx.

Adam Smith começa o exame dessa questão partindo da teoria malthusiana da população³. Na medida em que os produtos alimentares aumentam, cresce, na mesma proporção, a população de um país, o que implica que a oferta dos alimentos produz a sua própria demanda, determinando o tamanho da população. Essa hipótese traz, em uma versão mais moderna, a noção de que a demanda existente por trigo é perfeitamente inelástica ao preço, sendo uma função do tamanho da população. Em outras palavras, dado o tamanho da população, a demanda por trigo acha-se determinada.

Essas suas proposições ficam claras logo nas suas primeiras colocações da seção:

"Dado que o homem, como todos os restantes animais, se multiplica naturalmente em proporção aos meios de subsistência de que dispõe, os produtos alimentares acham sempre mais ou menos procura. Permitem sempre adquirir ou comandar maior ou menor quantidade de trabalho, e é sempre possível encontrar alguém disposto a fazer alguma coisa a fim de os obter. Na verdade, a quantidade de trabalho que em troca deles pode adquirir-se nem sempre é igual àquela que permitiriam manter, se fossem utilizados pela forma mais parcimoniosa possível, devido aos elevados salários que, por vezes, são pagos pelo trabalho. Mas permitem sempre adquirir uma quantidade de trabalho igual à que permitem manter segundo a taxa a que o tipo de trabalho em questão é normalmente mantido na região.

³ Deve-se destacar que a teoria da população é um dos pilares da teoria clássica, que, apesar de ter sido expressa com maior nível de detalhe e riqueza por Malthus, ganhando, assim, notoriedade e, portanto, ficando ligada a seu nome, era do conhecimento e fazia parte de todo o pensamento clássico, sendo natural que fizesse parte do esquema analítico de Adam Smith.

"Mas a terra, praticamente em todos os locais, produz uma quantidade de alimentos superior à suficiente para manter todo o trabalho necessário para os levar ao mercado, ainda que sustentado este pela forma mais liberal, por que trabalho algum jamais foi sustentado. O excedente é, além disso, mais do que suficiente para reconstituir o capital que empregou esse trabalho, juntamente com os lucros respectivos. Portanto, algo resta, sempre, para a renda do proprietário" (SMITH, 1982, p.309).

Segundo Marx, essa concepção de Smith é pura "música fisiocrata", pois não explica por que o preço dos alimentos é capaz de pagar um excedente acima do preço suficiente e, portanto, a renda da terra, estando calcada na idéia defendida pelos fisiocratas de que a agricultura é uma atividade especial que tem a capacidade única da geração de um excedente (MARX, 1983, p.785).

Smith segue examinando a renda da terra que surge em relação às pastagens cultivadas e sem cultivo. Ela aumenta proporcionalmente à qualidade da pastagem: a mesma extensão da terra não só mantém um maior número de cabeças de gado, como a maior concentração destas permite a utilização de menor quantidade de trabalho para a realização da atividade. Assim, segundo Smith, o proprietário ganha de duas formas: pelo aumento do produto e pela redução da quantidade de trabalho que este tem de manter.

É dentro desse exemplo que surge sua primeira afirmação em relação à existência da renda da terra diferencial: "A renda da terra não varia só com a respectiva fertilidade, sejam quais forem os produtos nela cultivados, mas também com a sua localização, seja qual for a respectiva fertilidade" (SMITH, 1981, p.310).

Para ele, as terras mais distantes das cidades têm que comandar mais trabalho para compensar o custo do transporte, reduzindo, assim, o excedente de onde saem o lucro e a renda da terra. Em virtude disso, ele defende que a construção de boas estradas reduz as diferenças entre as rendas por três motivos: primeiro, coloca as partes mais remotas do país em situação mais nivelada com as que se situam nas proximidades das cidades; segundo, incentiva o cultivo das zonas distantes do país; e, em terceiro lugar, elimina o monopólio dos campos que as cercam. Lembra que, 50 anos antes, os membros de alguns condados ao redor de Londres apresentaram uma petição ao Parlamento contra a extensão das estradas, alegando que os condados mais distantes, graças ao baixo preço do trabalho, venderiam seus produtos a preços mais baixos em Londres e que isso ocasionaria um rebaixamento de suas rendas e a ruína de suas plantações. Segundo Smith, isso não ocorreu; pelo contrário, com a construção das estradas, as rendas da terra subiram e as plantações progrediram. Aqui aparece novamente a defesa do liberalismo econômico e seu ataque ao monopólio, traço marcante em toda a sua obra.

Depois de ter tocado de uma forma ainda muito incipiente na questão da renda diferencial, Smith começa a qualificar melhor a sua tese principal: a de que é o trigo o principal alimento da população e o mais produtivo. De acordo com suas próprias palavras:

"Um campo cerealífero de fertilidade moderada produz maior quantidade de alimentos para o homem do que a melhor das pastagens de igual extensão. Embora o seu cultivo exija muito mais trabalho, ainda assim o excedente que fica, depois de reposta a semente e da manutenção do trabalho, é também muito maior" (SMITH, 1981, p.311).

Nessa afirmação, percebe-se que Smith vincula a renda da terra à existência de uma quantidade absoluta de produto em forma natural para o ser humano, qualidade esta que a produção de trigo tem diferente da criação do gado e que não se constitui em uma questão de preços, pois o excedente de alimento alcança um valor maior, por conter, nesse excedente de trigo, mais alimentos.

"Se, por conseqüência, nunca se considerasse que uma libra de carne pudesse valer mais do que uma libra de pão, esse maior excedente atingiria por toda a parte um valor mais elevado, constituindo um maior fundo tanto para o lucro do renteiro, como para a renda do proprietário. Parece ter assim acontecido universalmente nos rudes princípios da agricultura." (SMITH, 1981, p.312).

Fica mais uma vez claro, portanto, que a renda da terra, ou o excedente econômico, está nitidamente vinculada à proporção da quantidade de alimentos que a agricultura fornece e à quantidade de alimentos consumidos pelo trabalhador. A partir desse momento, Smith começa uma longa exposição histórica da formação da renda da terra, identificando as condições que fazem com que determinadas terras e/ou produtos passem a gerar renda.

Nos tempos primitivos, dada a abundância de terras, o valor do gado era menor que o valor do trigo. No entanto o desenvolvimento econômico fez com que as pastagens naturais já não fossem suficientes para a criação do gado, uma vez que aumentou a demanda por carne, passando a disputar as terras que cultivam o trigo. Desse modo, na medida em que o preço da carne tem que subir a ponto de pagar tanto o trabalho empregado na pecuária como a renda que o produtor teria obtido na produção do trigo, a criação de gado passa a gerar uma renda da terra.

Segundo Smith:

"(...) à medida que progredem os melhoramentos, a renda e o lucro das pastagens que não sofrem qualquer melhoramento acabam por achar-se regulados pela renda e pelo lucro daquelas que deles se beneficiaram, sendo os destas finalmente regulados pela renda e pelo lucro proporcionados pelos cereais" (SMITH, 1981, p.313).

Essa passagem revela-se extremamente importante pela identificação do conceito de renda diferencial smithiano, o qual não segue o exemplo ricardiano clássico da passagem das terras férteis para as menos férteis. Aqui, ao contrário, o valor de mercado do produto sobe exatamente quando esse produto passar da terra menos fértil para a mais fértil, ou melhor, ele só passa a gerar renda quando for produzido e concorrer com terras mais férteis. A tese principal de Smith é que a regulação da renda é feita pela terra mais fértil na produção do alimento nobre — o trigo.

Assim, Adam Smith estabelece a relação existente entre a renda da pecuária e a renda da lavoura, sempre esclarecendo que esta será determinada pela melhor terra.

"Em todos os grandes países, a maior parte das terras cultivadas são utilizadas na produção quer de alimentos para os homens, quer de alimentos para o gado. A renda e o lucro dessa parte regulam a renda e o lucro de todas as outras terras cultivadas. Se um produto qualquer proporcionasse um rendimento inferior, a terra depressa passaria a ser dedicada à cultura de cereais ou a pasto, e, se algum proporcionasse rendimento superior, parte das terras cerealíferas ou das pastagens depressa seria dedicada a essa produção." (SMITH, 1981, p.318-19).

Sempre de acordo com a idéia de que existem certas condições a serem satisfeitas para incorporar produtos ou terras no pagamento da renda, Smith continua a examinar a especificidade da renda de vários outros produtos.

No caso dos pomares e de lúpulos, afirma que esses tipos de produtos requerem, muitas vezes, dispêndio inicial maior em benfeitorias ou despesas mais elevadas de cultivo, a fim de tornar a terra adequada à produção. Isso levaria a se supor que eles geram uma renda da terra mais elevada do que as auferidas naquelas produtoras de trigo. Mas essas rendas ou lucros elevados nada mais são do que a remuneração do juro ou do capital investido na produção, o que, assim, não contradiz a sua tese da regulação das rendas pelo trigo. Concluindo suas considerações sobre as questões dos pomares e de lúpulos, ele afirma que as rendas dessas atividades, embora sejam mais elevadas em virtude das benfeitorias e dos dispêndios anuais, são de fato reguladas pelo lucro e pela renda das plantações do trigo.

Depois de ter discutido essas questões, Smith passa a examinar a geração da renda da terra por produtos que, por estarem sendo produzidos nas porções de terra adequadas somente ao seu cultivo, adquirem um caráter de monopólio. Esse seria o caso das produções de vinhos de tipos especiais, das plantações de açúcar das Índias Ocidentais e, em menor grau, das plantações de tabaco da Virgínia e de Maryland nos Estados Unidos.

Smith começa o exame desse tipo especial de renda, ligado a aspectos de monopólio, afirmando que, em muitos casos, a quantidade de terra adequada a uma certa produção pode ser demasiado pequena para suprir a demanda total desse produto. Nesse caso:

"O excedente de preço que fica após se ter deduzido o dispêndio total com as benfeitorias e o cultivo pode facilmente, neste caso e só neste, não manter a proporção natural com idêntico excedente obtido na produção de cereais ou de forragens, ultrapassando-o praticamente em todos os graus, e a maior parte do tal excedente irá naturalmente integrar-se na renda do proprietário" (SMITH, 1981, p.323).

Segundo o autor, a videira é a planta mais afetada pela diferença de solos, pois:

"Alguns deles [solos] dão ao vinho um paladar que, ao que se supõe, nenhum processo de cultivo ou de administração permite igualar em qualquer outro terreno. Esse sabor, real ou imaginário, é por vezes específico da produção de apenas algumas vinhas, outras vezes estende-se pela maior parte de uma pequena região e outras ainda por parte considerável de uma vasta província. A quantidade total de vinhos obtidos a partir de tais vinhas que é trazida até

o mercado não basta para suprir a procura efetiva, ou seja, a procura daqueles que estariam dispostos a pagar a totalidade da renda, do lucro e dos salários necessários à sua preparação e transporte, avaliados à taxa normal, isto é, a taxa a que são remunerados nas vinhas comuns. A quantidade total pode, portanto, ser cedida àqueles que estão dispostos a pagar mais, o que necessariamente eleva o preço acima do do vinho comum. A diferença será maior ou menor consoante a moda e a escassez do vinho tornarem mais ou menos forte a concorrência entre os compradores. Seja ela qual for, irá, na sua maior parte, incluir-se na renda do proprietário" (SMITH, 1981, p.324).

As plantações de açúcar que as nações européias possuem nas Índias Ocidentais constituem outro exemplo de produtos com características monopolísticas, sendo semelhantes à produção das vinhas. A quantidade produzida não supre a demanda efetiva existente na Europa, podendo ser vendida a um preço superior ao que seria obtido na produção de outro produto regulador da renda, como o trigo.

Por sua vez, ao abordar a questão do tabaco, ele afirma que o caso desse produto é diametralmente oposto ao dos exemplos anteriores, pois este se tornou monopólio nos estados norte-americanos da Virgínia e de Maryland, em razão de ter-se tornado objeto de tributação na Europa. Nessa passagem aparece novamente a sua crítica a restrições comerciais e a sua defesa do liberalismo como forma de evitar esses monopólios e, assim, o pagamento a preços superiores aos da concorrência.

Isso fica bem explicitado quando ele afirma que os produtores de tabaco

"(...) nos anos de abundância, para evitarem o sobreabastecimento do mercado, têm queimado uma certa quantidade de tabaco por cada negro, tal como se diz terem os holandeses feito com as especiarias. Se são necessários métodos tão violentos para manter o atual preço do tabaco, a sua vantagem sobre o cultivo dos cereais, se é que ainda existe, não durará provavelmente muito mais tempo" (SMITH, 1981, p.329).

Smith chega à parte conclusiva dessa seção reafirmando, mais uma vez, que é a renda das terras cultivadas, que produzem alimentos para o homem, que regula a da maioria das restantes terras dedicadas à produção agrícola:

"Nenhum produto poderá proporcionar uma renda inferior porque, nesse caso, a terra passaria imediatamente a ser utilizada para outro fim; e, se algum produto proporciona em média uma renda superior, é porque a quantidade de terra que pode ser usada na respectiva produção é demasiado reduzida para poder suprir a totalidade da sua procura efetiva" (SMITH, 1981, p.329).

Como na Europa os cereais constituem o principal produto da terra que serve de alimentação aos seres humanos, excetuando algumas situações particulares, a renda das terras produtoras de trigo regula a geração da renda das demais terras cultivadas.

Reforçando a sua tese de que as rendas sempre são reguladas pela produção do alimento principal responsável pela alimentação da grande maioria da população, passa a verificar as possibilidades de outro alimento vegetal poder assumir essa função em substituição do trigo. Para Smith, isso seria possível se existisse um alimento vegetal

comum, preferido pela população e cuja produção, com idêntico grau de cultivo, ofertasse uma quantidade muito superior àquela que as mais férteis conseguissem produzir de cereais. Nesse caso, a renda do proprietário, ou seja, a quantidade de alimentos que fica para ele depois de pago o trabalho e o capital do arrendatário, juntamente com os lucros correntes, seria necessariamente muito maior. Assim:

"Qualquer que fosse a taxa segundo a qual o trabalho fosse normalmente pago neste país, este maior excedente podia sempre manter maior quantidade dele, e por conseqüência permitiria ao proprietário adquirir ou dominar maior quantidade de trabalho. O valor real da sua renda, o seu poder e autoridade reais, o seu direito de disposição sobre os bens necessários à vida e ao conforto que lhe pudessem ser proporcionados pelo trabalho de outrem, seriam obrigatoriamente muito maiores" (SMITH, 1981, p.330).

Dentre os produtos passíveis de substituírem o trigo, Smith começa examinando o caso do arroz, dado que uma lavoura desse cereal produz muito maior quantidade de alimento do que o mais fértil campo produtor de trigo. Nesse sentido, nas regiões produtoras de arroz, onde ele constitui o alimento comum e preferido da população, a renda da terra deveria ser superior à auferida nos países produtores de trigo. Mas Smith logo descarta a possibilidade de o arroz assumir o papel de produto principal, e, portanto, determinante da renda da terra, em virtude das características do melhor solo produtor do arroz. São terras caracteristicamente pantanosas e cobertas por água, inadequadas à produção de outros alimentos, não podendo, assim, regular a renda das terras restantes.

Também a produção de alimentos provenientes de uma plantação de batatas é muitas vezes superior à obtida por um campo de trigo, apesar do elevado conteúdo de água existente nesse produto. Entretanto, apesar de todas as qualidades referidas por Smith em relação às batatas, assim como sua grande qualidade nutritiva, esse produto apresenta um grave defeito, que é o fato de ser perecível e de não poder ser armazenado durante dois ou três anos, a exemplo do trigo. Esse é o principal obstáculo para que a batata substitua o trigo como principal alimento da população.

À guisa de conclusão desta seção, podemos dizer que, embora Smith tenha tratado da situação e do comportamento daqueles produtos que sempre pagam a renda da terra, salientando o papel regulador do trigo na renda gerada por eles, não chega a enfrentar a questão da natureza da renda da terra propriamente dita. Apenas referenda o seu caráter diferencial em relação à fertilidade e à localização, remetendo à teoria da população para explicar a razão da superioridade da renda gerada sobre o preço suficiente dos produtos.

⁴ Com efeito, nas explicações para a questão do alto preço necessário para gerar a renda, Smith não esclarece o mecanismo ou quais são as leis que fazem com que o preço corrente que paga a renda da terra seja sempre superior ao preço suficiente. A sua explicação reside na teoria da população, de modo a deixar a questão ainda sem resposta, de acordo com Marx: "Ainda com esse pressuposto não se pode compreender por que deveria a procura ultrapassar a oferta e em conseqüência compelir o preço a superar o preço suficiente?" (MARX, 1983, p.789).

3.2 - As influências da oferta e da demanda na geração da renda ("II - Dos produtos da terra que algumas vezes proporcionam renda, e outras vezes não")

Dando prosseguimento a sua análise da formação da renda da terra, sempre marcada por um cunho histórico, Smith parte para o estudo de um segundo grupo de produtos, aos quais ele atribui como característica principal o fato de algumas vezes gerarem renda e outras vezes não. Nessa seção, Smith passa a entrar no âmago da questão da natureza da renda da terra, além de incorporar mais consistentemente as relações entre a oferta e a demanda em relação aos diversos produtos da terra.

Ele começa afirmando que, apesar de os produtos que servem para a alimentação básica da população parecerem ser os únicos capazes de gerar uma renda da terra aos proprietários, existem os relacionados com as duas outras necessidades básicas da humanidade, vestuário e habitação, que também a geram, dependendo das circunstâncias.

De acordo com as suas palavras:

"A terra no seu rude estado primitivo pode proporcionar matérias-primas para o vestuário e a habitação de um número de pessoas muito superior ao das que pode alimentar. Depois de cultivada pode, por vezes, alimentar um número de pessoas superior ao das que pode suprir dessas matérias-primas, pelo menos na forma em que elas as desejam e estão dispostas a pagá-las. Na primeira situação há, por conseguinte, uma permanente superabundância de tais matérias-primas, que, por essa razão, assumem, em geral, pouco ou nenhum valor. Na segunda, é freqüente a sua escassez, o que necessariamente faz aumentar o respectivo valor. Na primeira situação, grande parte desses produtos é rejeitada por inútil, e o preço dos que são utilizados é considerado igual somente ao valor do trabalho e das despesas necessárias para os tornar susceptíveis de serem usados, não podendo, portanto, proporcionar qualquer renda ao proprietário. Na segunda, todos são utilizados, e a procura excede freqüentemente o volume dos que podem ser obtidos. Algumas pessoas estão sempre dispostas a pagar por cada parte deles mais do que o suficiente para pagar a despesa de os trocar até o mercado. Neste caso, portanto, o seu preço pode sempre proporcionar uma renda ao proprietário" (SMITH, 1981, p.335-36).

Através dessa citação, fica bastante evidente a influência das leis da oferta e da procura na determinação da renda para esses produtos, sendo esta uma característica extremamente importante.

As condições de mercado podem ser, por exemplo, um aumento da demanda do mercado externo que ocasionasse a geração de uma renda por alguns produtos que não ocorria anteriormente, sendo este o caso das peles e da lã.

Conforme Smith:

"As peles dos animais de maior porte foram as primitivas matérias-primas do vestuário. Por conseguinte, nas nações de caçadores e pastores, cujo alimento se compõe principalmente da carne desses animais, cada homem, ao prover-se de alimentos, obtém simultaneamente matérias-primas para mais vestuário do que lhe é possível usar. Se não houvesse trocas externas, a maior parte delas seriam rejeitadas como coisas sem valor. (...) o comércio (...) eleva o respectivo preço para além do custo do seu envio a esses vizinhos mais ricos. Proporcionaram, assim, alguma renda ao proprietário. (...) A lã da Inglaterra, que em tempos antigos não podia ser consumida nem tecida no país, encontrava um mercado no então mais rico e industrializado país de Flandres, indo o seu preço acrescer um pouco a renda da terra que a produzia" (SMITH, 1981, p.336-37).

Já a madeira e a pedra, em virtude de os materiais de construção apresentarem dificuldade de serem transportados em grandes distâncias, não se tornam, como as outras matérias-primas, objetos de comércio externo, ficando sujeitas às oscilações da oferta e da demanda por elas. Assim, a existência de madeira abundante em um país com pouca população não reverte em nenhuma renda ao seu proprietário. Ao contrário, uma boa pedreira perto de Londres sempre proporcionará uma renda da terra considerável, do mesmo modo que a pavimentação das ruas de Londres permitiu que os proprietários de rochas nuas nas costas da Escócia obtivessem uma renda da terra que nunca antes tinham recebido.

Depois dessas considerações, Smith volta a defender a tese da geração da renda pela produção de alimentos, buscando, também, estabelecer as especificidades dos mesmos em relação às matérias-primas para o vestuário e a habitação. Com efeito:

"Os países são ou não populosos, não devido ao número de pessoas que a sua produção permite vestir e alojar, mas devido ao número daquelas que ela permite alimentar. (...) Nas nações selvagens e bárbaras, a centésima, ou pouco mais do que a centésima, parte do trabalho de um ano inteiro bastará para as aprovisionar do vestuário e abrigo necessários para satisfazer a maior parte da população.

"Mas quando, graças às benfeitorias e ao cultivo da terra, o trabalho de uma família permite obter alimentos para duas, o trabalho da metade da sociedade torna-se suficiente para alimentar o seu conjunto. Por consequência, torna-se possível à outra metade, ou pelo menos à maior parte dela, empregar-se no provimento de outras coisas ou na satisfação de outras necessidades ou fantasias da humanidade. O vestuário e a habitação, o mobiliário e o pessoal constituem os principais objetos da maior parte de tais necessidades e fantasias. (...) O apetite de alimentos é limitado em todos os homens pela reduzida capacidade do estômago, mas o desejo de conforto e ornamentos nos edifícios, no vestuário, no pessoal e no mobiliário parece não ter limite ou extremo definido. (...) Daí deriva uma procura de toda a espécie de materiais que a invenção humana é capaz de usar, quer utilmente, quer como adorno, na construção, no vestuário, no pessoal, ou no mobiliário, procura dos fósseis e minerais contidos nas entranhas da terra, dos metais e das pedras preciosas.

"Desta maneira, a alimentação é não só a fonte originária da renda, mas todas as restantes partes da produção da terra que vêm, mais tarde, a proporcionar uma renda derivam essa parcela do seu valor das melhorias introduzidas na capacidade do trabalho para produzir alimentos, graças às benfeitorias e cultivo das terras" (SMITH, 1981, p.338-40).

O exame dessa passagem torna-se extremamente interessante para a comprovação, mais uma vez, da relação que Smith estabelece entre os produtos destinados a alimentar a humanidade e os demais produtos e a vinculação da geração da renda da terra. A renda gerada pela produção de alimentos não é só determinante das demais rendas, como também as mesmas só serão realizadas quando as necessidades alimentares estiverem satisfeitas e for viável uma economia importante de trabalho, via divisão do trabalho. Nessa fase, será possível demandar toda uma série infundável de matérias-primas, que, dentro desse raciocínio, só assim adquirem valor em relação ao aumento da demanda pelas mesmas.

Como as matérias-primas são sempre comandadas pela demanda que o desenvolvimento da sociedade estabelece para elas, algumas não conseguem proporcionar uma renda, porque a sua demanda não é suficientemente alta para lhes assegurar um preço superior ao necessário para pagar o trabalho, repor o lucro e ainda gerar uma renda da terra⁵. Exemplo de tal situação é o caso das minas de carvão da Inglaterra, que são demasiado pobres para comandar o trabalho necessário ou têm uma localização extremamente desfavorável (SMITH, 1981, p.340-41).

Nas longas observações de Smith a respeito da renda do carvão e da madeira, interessa examinar duas considerações. A primeira é que o preço do carvão é limitado pelo da madeira, variando com o estado da agricultura, e que, nas regiões produtoras de carvão, o seu preço é sempre inferior ao desta. A segunda é que a mina mais rica regula o preço do carvão de todas as minas das proximidades. Como já foi colocado anteriormente, essa também foi a lei da determinação da renda da terra agrícola: a de a melhor terra determinar a renda das terras inferiores. A explicação de Smith é a seguinte:

"Além disso, a mina mais rica regula o preço do carvão de todas as outras minas das proximidades. Tanto o proprietário como o empreiteiro da exploração acham, o primeiro que pode obter uma renda superior, o segundo um maior lucro, se venderem a um preço mais baixo que o de todos os seus vizinhos. Estes em breve se vêem obrigados a vender ao mesmo preço, embora não possam fazê-lo com tanto à-vontade, e embora assim vejam sempre reduzir-se, e por vezes anular-se completamente, tanto a sua renda como o seu lucro" (SMITH, 1981, p.344).

⁵ Segundo Marx, Smith, ao afirmar que a renda da terra decorre da existência de uma demanda maior que a oferta de uma determinada mercadoria ao preço suficiente, não está percebendo que o que realmente ocorre nesses casos é uma oferta tão grande ao preço suficiente que a propriedade não consegue opor resistência tanto ao nivelamento dos capitais como do trabalho. A propriedade, portanto, apesar de existir de fato no domínio legal, não existe no plano econômico, não podendo, na prática, atuar como tal. Segundo Marx, Smith supera Ricardo ao ver que impor ou não a propriedade no plano econômico depende das circunstâncias (MARX, 1983, p.792).

Ao encerrar a sua discussão sobre a renda do carvão, estabelece uma comparação entre a mesma e a renda agrícola. A renda do carvão, nos casos em que ele consegue gerá-la, atinge uma percentagem do seu preço inferior à verificada para a maioria das matérias-primas restantes. A renda de uma produção agrícola atinge, em média, um terço do seu produto bruto, sendo, via de regra, certa e independente das variações acidentais das colheitas. Já nas minas de carvão, um quinto do produto constitui uma renda muito elevada. A normal é de um décimo, e raramente se trata de uma renda certa, dependendo das variações acidentais da produção (SMITH, 1981, p.345).

Como penúltimo item dessa seção, Smith passa a examinar a renda da terra proveniente das minas de ouro e pedras preciosas, à qual ele dará um tratamento muito interessante.

Inicialmente, volta a enfatizar que é a mina mais rica que determina as rendas das demais minas de metais:

"Sendo, deste modo, o preço de todos os metais em todas as minas do Mundo regulado, em certa medida, pelo receptivo preço na mina mais rica do Mundo que se encontre em efetiva exploração, ele não poderá, na maior parte das minas, permitir mais do que o pagamento do custo do trabalho, só em casos raros proporcionando uma renda elevada ao proprietário. Parece, por conseguinte, que, na maior parte das minas, a renda corresponde a uma pequena parcela do preço dos metais inferiores e a uma parcela ainda menor do dos metais preciosos. Aos salários e aos lucros corresponde a maior parte de tais preços" (SMITH, 1981, p.346).

Chama atenção o fato de que o preço máximo alcançado pelos materiais preciosos é determinado apenas pela escassez e pela abundância dos mesmos. Não é determinado pelo preço de qualquer outro bem, como é o caso do carvão, que tem seu preço determinado e limitado em termos de nível pelo da madeira, independentemente do grau de escassez atingido.

Na visão de Smith, a procura desses materiais tem origem na sua utilidade e beleza, sendo que o mérito da beleza é determinado pela sua escassez. As qualidades de utilidade, beleza e escassez constituem o fundamento originário do elevado preço desses metais, ou seja, da quantidade de outros bens por que é possível, em qualquer parte, trocá-los. O valor dos metais é anterior e independente de sua utilização como moeda, tendo sido ele quem os qualificou para tal uso. Com efeito, para Smith:

"A procura de pedras preciosas deriva integralmente da sua beleza. Não têm qualquer utilidade a não ser como ornamento, e o mérito da beleza é grandemente realçado pela sua escassez, ou seja, pela dificuldade e dispêndio de as obter das minas. Desse modo, os salários e os lucros constituem, na generalidade dos casos, a quase-totalidade do seu elevado preço. A renda surge, mas com uma quota-parte muito reduzida que freqüentemente se reduz a nada, e somente as minas mais ricas proporcionam uma renda de algum modo considerável" (SMITH, 1981, p.353).

Aqui aparece um aspecto muito interessante do pensamento de Adam Smith, pois a sua concepção dos materiais preciosos parece expressar um certo preconceito em relação à função dos metais em uma sociedade capitalista. Isso nos remete ao seu famoso paradoxo da água e do diamante, quando ele afirmava que a água tinha um enorme valor de uso e um baixíssimo valor de troca, em virtude da sua enorme oferta, e que o diamante tinha praticamente nenhum valor de uso, mas um altíssimo valor de troca, tendo em vista a sua escassez, ou seja, o confronto entre a sua oferta e demanda.

Um dos aspectos mais polêmicos nessa parte é sua ênfase na geração da renda diferencial em relação às minas, sempre partindo da mina mais fértil. Assim:

"Dado que o preço tanto dos metais preciosos como das pedras preciosas é regulado, em todo o Mundo, pelo preço da mina mais rica nele existente, a renda que qualquer dessas minas pode proporcionar ao seu proprietário é determinada não pela sua riqueza absoluta, mas pelo que pode chamar-se a sua riqueza relativa, ou seja, a sua superioridade sobre as outras minas do mesmo tipo" (SMITH, 1981, p.354).

A sua posição sobre os materiais preciosos é encerrada, afirmando que os mesmos nada acrescentam à riqueza do Mundo, em razão da sua tendência de se tornarem cada vez mais abundantes. Como o seu valor deriva principalmente de sua escassez, seria possível, com uma menor quantidade de trabalho, conseguir uma quantidade maior desses objetos frívolos, como uma baixela de prata.

Em resumo, todas as considerações feitas sobre esses materiais servem para caracterizar, mais uma vez, o caráter diferenciado da produção de alimentos, pois, nas explorações agrícolas, tanto a produção como a renda da terra são reguladas pela sua fertilidade absoluta e não pela relativa. Com efeito:

"Uma terra que produz certa quantidade de alimentos, vestuário e habitação pode sempre alimentar, vestir e dar abrigo a um certo número de pessoas; e, seja qual for a proporção que cabe ao proprietário, ela permitir-lhe-á sempre ter à sua disposição uma parte proporcional do trabalho dessas pessoas e dos bens com que esse trabalho o pode prover. O valor das terras mais estéreis não é diminuído pela vizinhança das mais férteis. Pelo contrário, esta em geral aumenta-o. O grande número de pessoas mantido pelas terras férteis proporciona um mercado a muitos dos produtos das terras estéreis, mercado esse que nunca teria podido encontrar-se só entre aqueles que a sua produção permitia manter" (SMITH, 1981, p.355).⁶

⁶ Segundo Marx, entretanto, isso aconteceria apenas quando as terras menos férteis produzissem produtos diferentes das outras terras, e os produtos não concorressem entre si. Porém concorda que Smith teria acertado na sua afirmação de que o total da renda da terra pode ser aumentado em consequência da fertilidade das terras que fornecem alimentos (MARX, 1983, p.796).

Smith conclui essa parte com uma irônica observação sobre a relação da prata e dos alimentos ao longo da história dos países:

"Quando os espanhóis descobriram Cuba e São Domingos, os pobres habitantes dessas ilhas costumavam usar pequenos pedaços de ouro como ornamento nos cabelos e noutras partes do vestuário. Pareciam atribuir-lhes o valor que nós daríamos a quaisquer pequenas pedras de beleza superior à média, e considerá-los simplesmente dignos de serem apanhados do chão, mas nunca de serem recusados a quem quer que fosse que neles se mostrasse interessado. Ofereceram-nos aos seus visitantes à primeira solicitação, sem parecerem considerar que lhes tinham feito um presente de qualquer valor. Ficaram espantados ao observar a fúria dos espanhóis para obtê-los, e nunca lhes tinha passado pela cabeça que pudesse existir um país onde tanta gente tivesse à sua disposição um tal excedente de alimentos, sempre tão escassos entre eles, que fossem capazes de dar, em troca de uma pequena quantidade dessas contas brilhantes, o necessário para manter uma família durante muitos anos. Se tivesse sido possível fazer-lhes compreender isto, o frenesi dos espanhóis não os teria surpreendido" (SMITH, 1981, p.356).

3.3 - Sobre a relação dos preços entre os alimentos e as outras matérias-primas ("III - Das variações da proporção entre os valores respectivos daqueles tipos de produtos que proporcionam sempre uma renda e daqueles que algumas vezes a proporcionam e outras não")

Nessa seção, Smith começa a examinar os efeitos que um aumento da riqueza no decurso do desenvolvimento da sociedade causa sobre os valores relativos dos dois tipos de produtos até aqui examinados por ele: os produtos alimentares e os demais.

A sua idéia é que, ao longo do desenvolvimento de um país, ocorre uma crescente abundância de alimentos como uma decorrência natural das benfeitorias na agricultura e do aumento das áreas de cultivo. Como consequência, a demanda dos produtos não alimentares sofrerá um crescimento superior aos mesmos, o que acarretará um acréscimo proporcionalmente maior no valor dos produtos que nem sempre proporcionam renda do que no daqueles que sempre geram renda da terra. Segundo Smith:

"À medida que progridem as artes e indústria, as matérias-primas do vestuário e da habitação, os fósseis e minerais úteis que se extraem da terra, os metais preciosos e as pedras preciosas, deveriam registrar uma procura cada vez maior, deveriam gradualmente começar a trocar-se por uma quantidade cada vez maior de alimentos, ou, por outras palavras, deveriam tornar-se gradualmente mais caros" (SMITH, 1981, p.357).

Por outro lado, podem também ocorrer fatos acidentais que provocam um aumento da oferta de alguns desses produtos em proporção mais elevada do que a respectiva demanda. Mas esse processo pode sofrer interrupções, como no caso da prata, quando se descobrem novas minas muito ricas. Isso faria com que o preço real da prata caísse, de modo que uma libra de prata poderia adquirir ou dispor de menor quantidade de trabalho ou vir a trocar-se por uma quantidade cada vez menor de cereais.

No final desse capítulo, Smith examina ainda as três relações possíveis de ocorrência entre o preço da prata e o preço dos cereais. No primeiro caso, formula a hipótese de a demanda da prata ser superior a sua oferta, fazendo com que o valor desta suba gradualmente em relação ao preço do cereal. Nessa situação, segundo ele, qualquer quantidade dada de prata passaria a ser trocada por uma quantidade cada vez maior de cereais, ou, por outras palavras, o preço médio monetário dos cereais tornar-se-ia gradualmente mais baixo.

A segunda hipótese é que, quando, pelo contrário, alguma situação particular fizesse com que, durante anos, houvesse uma crescente oferta de prata, ocorreria o aumento do preço monetário médio dos cereais.

E, finalmente, se a oferta de prata aumentasse na mesma proporção que a sua demanda, o preço monetário dos cereais manter-se-ia aproximadamente no mesmo nível em todo o período, independentemente do progresso material que a sociedade tivesse obtido no período.

Encerrando essa parte, Smith afirma que essas três situações encerram todas as possibilidades de ocorrência da relação da prata e dos cereais, bem como a determinação dos preços monetários dos cereais. Complementa dizendo que, segundo suas observações, foi esse o comportamento ocorrido, tanto na França como na Grã-Bretanha, nos quatro séculos que precederam seu estudo da riqueza das nações, inclusive na mesma seqüência exposta por ele.

Depois de uma longa digressão sobre o valor da prata nos séculos XIV, XV, XVI e XVII, na Inglaterra e na Europa, Smith passa a examinar os efeitos que o progresso, entendido sempre como um aumento da riqueza, exerce sobre o preço real das três espécies de matérias-primas existentes na natureza: a primeira corresponde àquelas que a atividade humana praticamente não tem o poder de multiplicar; a segunda, àquelas que podem aumentar em função da procura; a terceira, àquelas às quais a eficácia da atividade humana, no que respeita ao aumento da respectiva quantidade, é apenas limitada ou incerta.

O efeito do progresso da riqueza sobre a primeira classe das matérias-primas é uma elevação contínua do preço real das mesmas. As do segundo grupo, embora possam subir muito de preço num primeiro momento, têm um limite que não poderá ser ultrapassado durante um período de tempo considerável. O preço das terceiras, embora a sua tendência natural seja subir com o progresso da riqueza, poderá, para um mesmo grau de desenvolvimento, em certos casos, até descer, manter-se ou mesmo subir, tudo dependendo do grau de sucesso da atividade humana no esforço de multiplicar esse tipo de matéria-prima (SMITH, 1981, p.425).

As matérias-primas do primeiro grupo caracterizam-se por serem produzidas em pequenas quantidades e por serem perecíveis, o que torna impossível a sua acumulação ao longo do tempo. Nessa classe estão incluídas a maior parte das aves raras, peixes, diferentes tipos de caça, aves selvagens, etc. Segundo Smith, a demanda pelas mesmas aumenta muito com o acréscimo do luxo e da riqueza, e os preços tenderão a crescer continuamente em razão da impossibilidade de aumentar a oferta desses produtos.

O segundo tipo consiste de matérias-primas que a atividade humana tem capacidade de multiplicar de acordo com o acréscimo da demanda, e representa o conjunto de animais e plantas que, em países incultos, a natureza produz em tal abundância que, à medida que o país progride, são obrigados a dar lugar a produções mais lucrativas. Enquanto a riqueza vai progredindo, a quantidade desses bens decresce constantemente, embora a sua demanda aumente continuamente.

"Desse modo, o seu valor real, ou seja, a quantidade real de trabalho de que eles permitem dispor cresce gradualmente até atingir, finalmente, um nível de tal modo elevado que os torna produtos tanto ou mais lucrativos que qualquer daqueles que o engenho humano tem possibilidade de obter da terra mais fértil e bem cultivada." (SMITH, 1981, p.429).

Ao atingir esse nível, o preço dessas matérias-primas não continuará a ascender, e, quando isso ocorrer, mais terra e trabalho serão de imediato empregados para aumentar a sua quantidade.

De todos os tipos de artigos que compõem esse segundo tipo de produtos primários, o gado é o primeiro a alcançar esse preço no decurso do desenvolvimento do país, mas isso só acontecerá numa fase muito avançada do progresso da sociedade. Os produtos que seguem esse padrão são os suínos, o leite, a manteiga e o queijo, sendo que a carne do veado é uma das últimas.

O que Adam Smith deseja demonstrar nessa parte é a evolução por que passam os produtos de origem agrícola ao longo do processo de enriquecimento de um país. Nesse processo, o fato de determinados produtos experimentarem preços ascendentes apenas demonstra que eles perdem o seu caráter de, eminentemente, produtos naturais — de produção que não requer qualquer esforço ou trabalho humano — para passarem a fazer parte dos produtos da indústria humana e que esse movimento é intrínseco ao desenvolvimento da agricultura dentro de um processo natural de desenvolvimento das forças produtivas de um determinado país.

Isso está bem especificado nas seguintes passagens abaixo referidas:

"Entre a fase do progresso da riqueza que eleva ao máximo o preço de um produto tão necessário como o gado e aquela que conduz a esse nível o preço de um bem tão supérfluo como o veado, existe um intervalo muito longo, no decurso do qual muitos outros tipos de matérias-primas vão gradualmente atingindo o seu máximo preço, umas mais cedo, outras mais tarde, consoante as circunstâncias" (SMITH, 1981, p.436).

"É evidente que, em qualquer país, as terras nunca poderão ser completamente cultivadas e beneficiadas antes que os preços de todos os produtos que a atividade humana é obrigada a obter delas tenham atingido um nível tão alto que compense os custos correspondentes ao máximo de melhoramentos e de cultivo. Para que isto seja possível, o preço de cada produto específico deve bastar, primeiro, para

pagar uma renda equivalente à produzida por uma boa terra cerealífera, uma vez que é esta que regula a renda da maior parte das restantes terras cultivadas e, segundo, para pagar o trabalho e despesas do rendeiro tão bem quanto são normalmente pagas numa boa terra cerealífera ou, por outras palavras, para repor, juntamente com os lucros correntes, o capital por ele empregado na exploração." (SMITH, 1981, p.442).

Smith salienta que o preço mais alto alcançado pelas matérias-primas, tanto real como monetário, não é devido a alguma degradação do valor da prata ao longo do período, mas, sim, de subida do seu preço real, medido em quantidade de trabalho despendido. Desse modo, essas diferentes espécies de matérias-primas têm um valor superior ao das anteriores, tanto em termos de prata quanto de trabalho e de bens de subsistência. Como se faz necessário despendir uma maior quantidade de trabalho e de meios de subsistência para as levar até o mercado, quando lá chegam, representam ou equivalem a uma maior quantidade.

A terceira e última classe de matérias-primas refere-se aos produtos primários, cujo preço sobe naturalmente com o progresso da riqueza e cuja quantidade produzida é limitada pela incerteza da eficácia do trabalho humano em aumentá-la. Há, nesse caso, alguns tipos de produtos naturais que a natureza faz como uma espécie de acessório de outros tipos de produtos, de modo que a quantidade que o país pode obter é necessariamente beneficiada pela quantidade de outro. Nesse caso, estão incluídas a lã e as peles, que são evidentemente limitadas pela quantidade de gado existente.

Poder-se-ia pensar que as mesmas causas que aumentam gradualmente o preço da carne de boi, na medida em que avança o desenvolvimento, deveriam ter o mesmo efeito sobre os preços da lã e dos couros, fazendo-os subirem também nas mesmas proporções. Isso seria verdade se, nos estágios primitivos e iniciais de desenvolvimento, o mercado destas últimas mercadorias fosse tão limitado quanto o das primeiras. Ocorre, porém, que a extensão de seus respectivos mercados costuma ser extremamente diferente .

O mercado da carne é, em toda parte, mais ou menos confinado ao país que a produz, limitando-se, assim, ao mercado interno. Contrariamente, a lã e as peles nuas, mesmo nos tempos primitivos, já dispõem de mercado externo, porque são fáceis de transportar e constituem matéria-prima para muitos artigos manufaturados.⁷

⁷ Nesse ponto, Smith aproveita para, mais uma vez, fazer a defesa da liberdade econômica e condenar fortemente as restrições e regulamentações que teriam o poder de alterar o curso normal do preço dessas mercadorias, pois as evidências empíricas indicavam que, na Inglaterra, a despeito da situação florescente de sua manufatura de lã, o preço desse produto caiu consideravelmente desde o tempo de Eduardo III. De acordo com seu texto: "Esta degradação, tanto do valor real como do valor nominal da lã nunca poderia ter sido consequência do curso normal das coisas. Foi, com efeito, consequência de violência e artifício: em primeiro lugar, da proibição absoluta de exportar lã da Inglaterra; em segundo, da autorização de importá-la da Espanha, isenta de direitos; em terceiro, da proibição de exportá-la da Irlanda para qualquer outro país que não a Inglaterra. Em consequência de tais regulamentações, o mercado para a lã inglesa, em vez de ganhar em extensão graças ao desenvolvimento da Inglaterra, ficou limitado ao mercado interno, onde foi permitido que a lã de vários outros países entrasse em competição com ela, sendo mesmo a da Irlanda forçada a essa concorrência" (SMITH, 1981, p.447).

Dado o objeto do presente estudo, interessam-nos principalmente, nessa seção, as relações que Smith estabelece entre a geração da renda, o preço do gado e as regulamentações quanto à comercialização da lã e como as conseqüências desses processos são diferentes, dependendo do grau de desenvolvimento de um país.

Em um país desenvolvido, todas as regulamentações que objetivassem fazer baixar o preço da lã e das peles a níveis inferiores aos que lhe são naturais teriam o efeito de elevar o preço da carne. Assim, o preço do gado deve ser tal que permita pagar um lucro e uma renda que o proprietário esperaria de uma terra cultivada com trigo, caso contrário, depressa abandonaria a criação do gado. Em conseqüência, esse preço que não fosse remunerado pela lã ou pele teria de sê-lo pela carcaça, sendo indiferente aos proprietários e arrendatários de que forma a divisão se estabelece. Essas regulamentações afetariam apenas o interesse dos consumidores pelo aumento dos preços.

No entanto:

"As coisas seriam, contudo, muito diferentes num país não desenvolvido e não cultivado, onde a maior parte das terras não pode ser usada para qualquer outro fim que não seja a criação do gado, e onde a lã e as peles constituem a parte mais valiosa desse gado. Neste caso, seriam os seus interesses como proprietários e rendeiros que aquelas regulamentações afetariam muito profundamente, enquanto os seus interesses como consumidores seriam muito pouco afetados" (SMITH, 1981, p.451).

Na parte conclusiva daquele que ele mesmo denominou "longuíssimo capítulo", Smith tece importantes considerações sobre o movimento da renda ao longo do tempo e sobre a sua avaliação dos interesses das classes sociais que compõem a sociedade capitalista.

Inicia afirmando que qualquer melhoria introduzida na produção tende, direta ou indiretamente, a elevar a renda da terra, a riqueza real do proprietário, o seu poder de compra sobre o trabalho ou o produto do trabalho das outras pessoas. A expansão dos melhoramentos e do cultivo do solo leva a acréscimo direto da renda. A parte do produto que cabe ao proprietário eleva-se necessariamente com o aumento do produto. A firma, ainda, que:

"A subida do preço real daquelas parcelas do produto da terra, que constitui em primeiro lugar o efeito da extensão das beneficiações e do cultivo e que depois se torna a causa da sua ainda maior extensão, a subida do preço do gado, por exemplo, tende igualmente a elevar diretamente, e ainda em maior proporção, a renda da terra. Não só o valor real da quota-parte do proprietário, o seu domínio real do produto, mas sobe também a participação dessa quota-parte no produto total. A obtenção desse produto não exige, depois da subida do seu preço real, mais trabalho do que antes. Uma menor parte dele será, pois, suficiente para repor, com o lucro corrente, o capital que empregou o trabalho. Uma parte maior caberá, por conseqüência, ao proprietário" (SMITH, 1981, p.473).

Faz parte do movimento natural que todo o acréscimo da riqueza da sociedade tenha como conseqüências o aumento da população e a expansão de produtos agrícolas,

do capital empregado na agricultura e da terra. Pelo contrário, circunstâncias como o abandono do cultivo e a ausência de melhoramentos, a queda do preço real de qualquer parcela do produto da terra e o declínio da riqueza real da sociedade tendem a fazer baixar a renda da terra, reduzindo a riqueza real do proprietário e diminuindo o poder de compra do produto do trabalho.

A conclusão de Smith, portanto, é que o interesse geral da sociedade está intimamente ligado ao interesse dos proprietários da terra. O seu entendimento da questão é o seguinte:

"O que quer que seja que fomenta ou entrava um, necessária e igualmente fomenta ou entrava outro. Quando o público delibera sobre qualquer regulamentação do comércio ou da política, os proprietários da terra nunca podem iludi-lo, agindo de acordo com os interesses da sua própria classe; pelo menos se conhecerem minimamente esses mesmos interesses. Na verdade falta-lhes muitas vezes esse conhecimento mínimo. Eles constituem a única das três classes a quem o rendimento não custa trabalho nem cuidados, chegando até eles como que de moto-próprio, independentemente de qualquer plano ou projeto de sua responsabilidade. A indolência, que é a consequência natural da despreocupação da situação de que desfrutam, torna-os, demasiadas vezes, não só ignorantes, mas incapazes daquela aplicação do espírito necessária para prever e compreender as consequências de qualquer regulamento público" (SMITH, 1981, p.475).

Esse mesmo raciocínio leva-o a identificar interesses coincidentes entre a classe trabalhadora e a sociedade em geral, pois um aumento de riqueza causa imediatamente um aumento dos salários dos trabalhadores em virtude de uma maior demanda do trabalho.

Mas essa posição não o conduz a verificar uma possível igualdade de forças entre essas duas classes sociais, o que fica evidente com a sua afirmação: "É possível que a classe dos proprietários ganhe mais com a prosperidade da sociedade do que a dos trabalhadores, mas nenhuma sofre mais cruelmente do que esta com o seu declínio" (SMITH, 1981, p.476). E, indo mais além, afirma, também, que a classe trabalhadora é incapaz de compreender a ligação existente entre o seu interesse de classe e o da sociedade em geral, pois, a par de sua condição não lhe deixar tempo para receber a necessária informação, sua educação deficiente a incapacita para absorver, entender e formular juízos quando tem acesso às informações necessárias.

Por último, o objeto de suas observações recai sobre a classe dos capitalistas, que ele denomina de "patrões". Ela vive do lucro e é responsável pela aplicação do capital, que põe em movimento a grande quantidade de trabalho útil em toda a sociedade.

Seria de se esperar que a remuneração dessa classe, o lucro, se comportasse como a renda e o salário, subindo com a prosperidade da sociedade e descendo com a sua decadência. Mas o que acontece é exatamente o contrário: a taxa de lucro é naturalmente baixa nos países ricos e extremamente alta nos países decadentes. Assim: "O interesse desta terceira classe não mantém, portanto, com o interesse geral da sociedade relação idêntica à verificada para as outras duas" (SMITH, 1981, p.476).

Os comerciantes e os donos de manufaturas, por empregarem uma maior quantidade de capital e também pela sua riqueza, atraem para si a maior parcela de consideração da sociedade.

Ocorre que essa classe está permanentemente engajada em planos e projetos, apresentando maior agudeza no entendimento das questões que os proprietários de terra. Conforme o autor:

"A sua superioridade sobre os proprietários rurais não consiste tanto num melhor conhecimento do interesse público, como em se aperceberem melhor dos seus próprios interesses. É esta superior percepção dos seus interesses particulares que lhes tem permitido muitas vezes levar a melhor sobre a generosidade do proprietário, persuadindo-o a abdicar tanto do seu interesse próprio como do interesse público, baseados numa convicção muito simples, mas honesta, de que é o seu interesse, e não o do proprietário, que coincide com o interesse público" (SMITH, 1981, p.477).

Para concluir, devemos referir que, na parte da discussão sobre os impostos, no Livro V, Smith tenta estabelecer uma relação preliminar da renda do solo urbano com a renda da terra agrícola (SMITH, 1978, p.383).

Nesse sentido, tal como no referente à renda do solo urbano, o fato decisivo na sua formação é a localização, a sua situação geográfica; da mesma forma, para a renda fundiária, os elementos determinantes são a fertilidade e a sua localização. Segundo Smith, a renda da terra na agricultura é devida ao pagamento do uso do "fator produtivo terra", enquanto a renda urbana decorre de outras fontes.

Em vista disso, Smith defende uma taxação sobre a renda da terra, em razão de ser objeto especialmente apropriado para a tributação por não desencorajar a atividade agrícola, tese esta já defendida pelos fisiocratas. Segundo Keiper, Adam Smith antecipa Henry George em praticamente um século, ao sugerir a taxação da renda da terra separadamente da renda urbana (KEIPER, 1961, p.18).

Considerações finais

O exame da longa, exaustiva e, muitas vezes, contraditória exposição da análise da categoria econômica da renda da terra empreendida por Adam Smith obriga-nos a examinar as suas principais contribuições, conclusões, em partes distintas.

Em primeiro lugar, faz-se necessário destacar a contribuição de sua análise para o entendimento da função dessa categoria dentro da teoria econômica.

Nesse aspecto, deve-se ressaltar que a importância da análise não se prende, apenas, ao fato de Adam Smith ter sido o primeiro autor a identificar a renda da terra como uma categoria econômica ou de ter empreendido o estudo mais exaustivo e mais longo existente na história do pensamento econômico. O motivo principal decorre de ter sido ele o primeiro a relacionar o fenômeno da renda da terra com a questão da determinação

dos valores e preços e com a distribuição da renda entre as distintas classes sociais, bem como examinar a sua trajetória ao longo do processo de desenvolvimento econômico da riqueza dos países.

Pode-se afirmar com certeza que a análise de Adam Smith significa um marco, um divisor de águas, em relação à abordagem dada à análise da renda da terra, pois é só a partir de seu estudo que fica estabelecida a base analítica da qual todos os autores que o sucederam se utilizaram necessariamente.

Evidentemente, isso não significa superioridade na análise, a qual, como já foi dito anteriormente, se revela muitas vezes contraditória e demasiado longa, sendo inegável a superioridade de alguns dos estudos elaborados posteriormente, como é o caso da análise ricardiana. O que apenas queremos ressaltar é que Adam Smith estabeleceu o patamar, colocando as questões acertadamente ou não, do qual todos tiveram que, inevitavelmente, partir para a consecução de seus estudos.

No que se refere às principais conclusões e contribuições da análise efetuada por Adam Smith, elas serão examinadas parte a parte, na medida em que se alteram substancialmente ao longo de sua exposição.

A primeira idéia que aparece, dominante na sua primeira abordagem da geração da renda da terra, é a de ela se constituir em um "excedente imerecido", apropriado pelos proprietários de terra através do exercício do seu poder de monopólio. Em consequência, a renda fica inequivocadamente ligada à propriedade privada da terra, caracterizada como uma renda absoluta, não guardando relação alguma com a quantidade de trabalho despendido na sua produção.

Segundo Schumpeter:

"(...) Smith, sem dificuldades — embora incorretamente —, chega à conclusão de que o fenômeno do arrendamento se deve unicamente ao 'monopólio da terra'. Desta maneira inicia seu curso uma idéia que haveria de adquirir cada vez mais defensores e que ainda não foi de todo esquecida" (SCHUMPETER, 1964, p.235).

Entretanto Smith não mantém essa posição tão claramente exposta e tão fulminantemente expressa na sua famosa expressão "(...) os proprietários da terra, como todos os outros homens, amam colher onde eles nunca plantaram" (SMITH, 1981, p.151), quando passa a examinar a relação da renda da terra com a questão dos preços. Nos Caps. V, VI e VII, ele chega à conclusão de que a renda da terra é um elemento natural do preço dos produtos, da mesma forma que os lucros e os salários, nada apresentando de singular ou de específico. Já no Cap. XI, dedicado integralmente ao exame dessa categoria, essa sua posição é radicalmente alterada, quando ele introduz o conceito de preço suficiente ligado diretamente às condições da demanda, o qual, por definição, não inclui a renda da terra na sua determinação.

Smith não considera que exista alguma inconsistência de sua parte nessa nova abordagem, afirmando, ao contrário, que se deparou com "algo inusitado", ao examinar mais detidamente a maneira como a renda da terra entra na composição do preço dos bens. Essa maneira constitui-se, como foi visto ao longo do trabalho, no fato de a renda não entrar em absoluto na determinação do preço. Ela não é a causa do alto preço dos

produtos agrícolas, mas, ao contrário, é apenas efeito dele. Efeito este que só se manifestará se o preço que depende da demanda for mais do que suficiente para pagar os salários e os lucros. Nesse sentido, ele estabelece que, para alguns produtos da terra, existe sempre uma demanda que faz com que seu preço seja mais do que suficiente para levá-lo ao mercado.⁸

A hipótese de a demanda comandar a formação da renda da terra através do conceito de preço suficiente adquire tal importância dentro da obra de Smith que ele passa a dividir a sua análise, a partir de então, tendo em vista as determinações da demanda na alavancagem dos produtos que passarão a gerar, ou não, renda.

As conclusões legadas por Smith na parte referente aos produtos da terra que sempre proporcionam renda revestem-se de maior importância dentro da sua obra. Partindo da teoria da população — da hipótese de que a produção de alimentos cria sempre a sua própria demanda —, conclui que a produção de alimentos proporciona sempre um excedente superior aos gastos de produção, o que garante o pagamento de uma renda ao proprietário da terra. E, dado que o trigo se constitui no alimento básico para a população, a renda da terra obtida por essa produção servirá de padrão de medida para as rendas obtidas nos demais produtos. Essa sua hipótese e/ou conclusão tornou-se ponto de partida de todas as análises posteriores referentes à teoria da renda da terra, de Ricardo a Marx.

Smith também antecipa Ricardo na concepção de uma renda da terra de caráter diferencial, dependendo de diferenças de fertilidade e localização. A maior divergência entre as duas concepções é que, enquanto para Ricardo é a pior terra que determina a geração da renda diferencial e o caminho da geração das rendas ocorre da passagem das terras mais férteis para as menos férteis, Smith inverte esse raciocínio na medida em que entende ser a fertilidade absoluta, e não a relativa, que determina a renda da terra, sendo que sua determinação se dará sempre pela melhor terra, a mais fértil. Esta sua conclusão fica ainda mais bem explicitada na seção 3,2, quando Smith examina a renda gerada nas minas de carvão e afirma ser a mina mais rica que regula o preço do carvão de todas as minas existentes nas proximidades.

Ricardo, nos **Princípios da Economia Política e de Tributação**, contesta fortemente essa conclusão de Smith, afirmando:

"Toda a teoria da renda aparece aqui admirável e claramente explicada, mas não há uma só palavra referente às minas que não se possa aplicar à terra. Todavia ele afirma que 'o caso é diferente para a propriedade localizada à superfície da terra. O valor de sua produção e da sua renda é proporcional a sua riqueza absoluta e não a sua riqueza relativa'. Mas suponhamos que todas as terras pagassem renda; nesse caso, o montante da renda da terra de pior

⁸ Essa sua posição não difere em nada da principal proposição defendida por Ricardo, de a renda não entrar na determinação do preço dos produtos, devendo, inclusive, ter se constituído na parte da teoria de Smith que Ricardo utilizou para a sua própria formulação.

qualidade seria proporcional ao excedente do valor da produção para além da despesa do capital e dos lucros correntes. O mesmo princípio determinaria a renda das terras de qualidade um pouco superior ou melhor localizadas, e, portanto, a renda desta terra excederia a renda da terra inferior devido às qualidades que possui. O mesmo se aplica às terras de terceira qualidade, e assim por diante, até as de qualidade superior. Não é, pois, evidente que é a fertilidade relativa da terra que determina a parcela da produção que se pagará como renda, do mesmo modo que a riqueza relativa das minas determina a parte da produção que deverá constituir a sua renda?" (RICARDO, 1975, p.380-81).

Embora Ricardo tenha razão em relação à determinação da renda pela terra ou minas menos férteis, idéia que também muitas vezes aparece na própria obra de Smith, como já foi por nós referido na primeira parte deste artigo, pode-se afirmar que a análise de Smith se torna muitas vezes superior à realizada por Ricardo, na medida em que enumera com muito cuidado as condições em que a propriedade privada da terra pode permitir, ou não, a obtenção da renda.

Ao empreender, na seção 3.3, uma digressão sobre o movimento dos preços da prata, dos produtos agrícolas e das manufaturas, Smith conclui que o preço dos produtos agrícolas — preço real — aumentará em consequência do aperfeiçoamento das benfeitorias e, após, numa digressão adicional, conclui que o progresso ocasionará uma queda no preço real das manufaturas. Segundo Schumpeter, ele antecipa o conceito de rendimentos decrescentes na agricultura e rendimentos crescentes na indústria, da mesma forma como foi colocado posteriormente por Marshall, em 1920, ressaltando que esses conceitos poderiam ter sido extraídos exatamente de suas páginas, na sua formulação original (SCHUMPETER, 1964, p.236).

A sua última e mais importante contribuição prende-se à idéia de que todo o aumento de melhorias no cultivo se refletirá em um aumento da renda e do poder do proprietário das terras e de que o interesse geral da sociedade estará intimamente ligado ao interesse dessa classe social. Essa sua posição extremamente favorável aos proprietários da terra parece bastante ambígua em relação a algumas afirmações anteriores, quando questionava o direito do proprietário de auferir uma renda sem ter participado diretamente na produção.

Parece-nos que a posição de Smith referente à consonância de interesses dos proprietários da terra com o interesse geral da sociedade apenas reflete a sua idéia de que existe uma relação entre o aumento da renda da terra e o aumento da riqueza de um país, sendo a questão da apropriação secundária.

É interessante ressaltar que Ricardo chega à mesma conclusão, de que a tendência histórica do cultivo das terras é a subida do preço dos produtos agrícolas e do aumento da renda da terra, em razão da escassez de terras férteis em relação às menos férteis, tendo como consequência o aumento do poder e da riqueza dos proprietários da terra. A diferença é que, para Ricardo, a renda é sempre uma dedução dos lucros já gerados no processo produtivo, constituindo-se, portanto, em um custo para a classe capitalista. Essa é a razão da forte oposição de Ricardo à classe dos proprietários de terra e de sua

defesa de medidas favoráveis à classe capitalista, tal como a importação do trigo, como forma de baratear os alimentos e, conseqüentemente, o custo de reprodução da força de trabalho.

Contrariamente, Smith parece não perceber claramente a conexão existente entre o aumento da renda e a diminuição dos lucros, relacionando a questão da diminuição da taxa de lucro à questão da concorrência entre os capitais.

Isso explica o fato de Smith e Ricardo não diferirem na sua visão de que o progresso da riqueza tem como conseqüência natural o crescimento da renda da terra, mas discordarem tão fortemente em relação ao significado desse crescimento para a sociedade e, principalmente, do papel que o proprietário de terra representa no desenvolvimento capitalista. Para Ricardo, os proprietários de terras sempre representam forças contrárias ao desenvolvimento capitalista, devendo a sociedade neutralizá-los via medidas de política econômica. Contrariamente, Smith não vê nenhuma oposição de interesses entre a sociedade e os proprietários de terra, sendo o seu enriquecimento apenas um reflexo natural do avanço das forças econômicas.

Segundo Roll:

"Vimos já que [Smith] foi quem primeiro tratou de maneira sistemática da harmonia de interesses sociais e quem introduziu uma tradição utilitária na ciência econômica. Mas pode-se demonstrar que, apesar da harmonia dos interesses sociais de que tratou, sua análise econômica põe a nu um conflito de interesses sociais. Smith não atacou diretamente os interesses dos proprietários de terra; a oposição a estes não constituía ainda o problema transcendental em que se iria transformar nos dias de Ricardo" (ROLL, 1977, p.160-61).

Ricardo explica da seguinte forma a posição de Smith em relação aos proprietários da terra:

"Adam Smith nunca fez a distinção entre o valor depreciado da moeda e o valor do trigo e, portanto, daí deduz que o interesse do proprietário da terra não está em oposição com o resto da sociedade. No primeiro caso, a moeda é barata relativamente a todos os produtos, no outro, o trigo é caro em relação, também, a todos os outros produtos. No primeiro caso, o trigo e os outros produtos conservam o seu valor relativo; no segundo, o trigo é mais caro relativamente a todos os produtos assim como à moeda" (RICARDO, 1975, p.387-88).

A teoria da renda desenvolvida por Smith, que se mostra muitas vezes brilhante por nos esclarecer a nível de detalhe e informação o comportamento, passo a passo, dos diferentes ramos da agricultura, chegando até a abordar a renda do solo urbano, também se revela multifacetada ao longo de sua exposição. Smith admite tanto a existência de uma renda absoluta, que mais tarde seria o principal conceito de Marx, como também de uma renda diferencial, no mesmo sentido que seria posteriormente precisado por Malthus e Ricardo. Porém, ao aceitar a tese de que o trabalho empregado na agricultura é o mais produtivo entre todos os trabalhos existentes na sociedade, pois, além de reproduzir a sua própria existência, é capaz de gerar um lucro e uma renda, tese esta diretamente ligada à fisiocracia, Smith tem

que abandonar a sua proposição anterior de a renda decorrer de um monopólio. Isto porque, nesse caso, a própria renda não poderia ser atribuída a uma maior produtividade da agricultura, mas unicamente a um funcionamento insuficiente do mecanismo competitivo. Tal constatação leva-o novamente a recorrer a outra tese de sabor fisiocrático, a de que apenas na agricultura, e somente nela, o trabalho recebe a ajuda da produtividade específica das forças da natureza.

Esses vários aspectos, que muitas vezes confundem a sua verdadeira concepção de renda da terra, advêm, talvez, da não-incorporação à análise dessa categoria da questão do valor, de não conseguir superar completamente as noções fisiocráticas da importância da produtividade física e de não centrar a análise na produtividade do trabalho, como será posteriormente realizado por Ricardo.

Como já foi colocado anteriormente, para Smith, o aumento tendencial da renda da terra concomitantemente com o progresso econômico é resultado das disparidades das mudanças tecnológicas entre o setor agrícola e o manufatureiro, na medida em que assume que o progresso técnico, ou melhor, as mudanças tecnológicas seriam mais rapidamente implementadas no setor não agrícola. Ao mesmo tempo, é sempre importante referir que, na sua visão, o progresso técnico no setor agrícola seria sempre muito lento, dado que as características desse setor não permitem muitas divisões de trabalho além de uma completa separação de uma atividade e outra, tal como acontece nas manufaturas.

Finalmente, deve-se ter sempre presente, ao tecer qualquer julgamento de determinada parte ou aspecto da obra de Adam Smith: (a) que o principal objetivo de toda a sua obra é explicar as vantagens que a liberdade econômica traz a todas as esferas produtivas; (b) que a existência de monopólios, as restrições e o impedimento das livres forças de mercado são nefastos ao progresso das riquezas das nações; e (c) que grande parte de sua análise da renda da terra teve como objetivo a comprovação desses argumentos, como ficou demonstrado através dos vários exemplos e considerações ao longo deste trabalho.

Adam Smith deve ser visto sempre como um escritor que, apesar de ter estabelecido os fundamentos da economia clássica, foi um autor que viveu e escreveu em termos de uma sociedade de transição do século XVIII, que tinha seu capitalismo industrial, mas com uma indústria ainda incipiente e um setor agrícola ainda muito importante (ROLL, 1977, p.161). Mas, mais importante que isso, o capitalismo comercial ainda não se encontrava completamente superado. Em vista disso, o principal objetivo do ataque de Smith era o comerciante monopolista e não o proprietário de terra, como acontecerá posteriormente em Ricardo, pois o capitalismo ainda não estava suficientemente desenvolvido para as questões do preço do trabalho e, portanto, dos alimentos baratos e, conseqüentemente, a da renda da terra se constituírem em elementos vitais de sua análise.

Bibliografia

- DEANE, F. (1981). *A evolução das idéias econômicas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- DOBB, M. (1977). *Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith*. Lisboa: Presença Martins Fontes.

- KEIPER, J. et al. (1961). **Theory and measurement of rent**. New York: Clinton Company.
- LENZ, M. H. (1981). **A categoria econômica renda da terra**. Porto Alegre| FEE. (Teses, 1).
- LENZ, M. H. (1985). A teoria da renda da terra: Ricardo e Malthus. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.6, n.1, p.81-104.
- MARX, K. (1983). Teorias da mais-valia. In: MARX, K. **O capital**. São Paulo: DIFEL. v.2 (História crítica do Pensamento Econômico, livro 4)
- RICARDO, D. (1975). **Princípios de economia política e de tributação**. Lisboa: Fundação Calustre Gulbenkian.
- ROLL, M. (1977). **História das doutrinas econômicas**. São Paulo: Nacional.
- SCHUMPETER, J. (1964). **História da análise econômica**. São Paulo: Fundo de Cultura.
- SMITH, A. (1978). **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**. Cambridge, Engl.
- SMITH, A. (1981). **Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. Lisboa: Fundação Calustre Gulbenkian.

Abstract

This article's main purpose is to analyse Adam Smith's thought about the land rate economic category. The introduction presents a retrospect on the land rent concepts developed by authors prior to him. In section one we situate "The Wealth of Nations" among the author's works, and show how its particular organizational form affects the explanations of its concept changes along the book. In section two we analyze the concept "land rent" face the value theory developed by Adam Smith. Section three presents a detailed and accurate study of the specific chapter referring the analysis made by Adam Smith on this economic category. It is divided in three subitems, respecting the explanatory sequence followed by Adam Smith. In the concluding remarks we refer the changes suffered by the land rent concepts along